

ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO: A MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

BETWEEN REMEMBRANCE AND FORGETTING: MEMORY AS WORKING-CLASS RESISTANCE

ENTRE EL RECUERDO Y EL OLVIDO: LA MEMORIA COMO RESISTENCIA DE LA CLASE TRABAJADORA

Jádson Fabio de Araújo Marques¹
Fábio Mansano de Mello²

RESUMO: Este artigo analisa a memória como categoria social e histórica, destacando seu papel na organização das classes sociais no modo de produção capitalista. O trabalho consiste em análise bibliográfica, em que, a partir do Materialismo Histórico-Dialético e das contribuições do sociólogo francês Maurice Halbwachs, a memória é compreendida como fenômeno coletivo, constituído pelos quadros sociais e permeado por disputas de poder. A relação entre lembrança e esquecimento demonstra que a memória não é neutra, mas atravessada por interesses que a transformam em instrumento da luta de classes. O estudo dialoga ainda com obras de Elizabeth Jelin, Edward P. Thompson e Walter Benjamin, evidenciando como a memória articula experiências históricas, culturais e políticas. As considerações finais destacam que a memória, além de reconstruir o passado, atua como ferramenta ativa na formação da consciência de classe e na disputa simbólica, configurando-se como um elemento estratégico para compreender e transformar a realidade social.

Palavras-chave: Memória. Classe Social. Capitalismo. Materialismo Histórico-dialético. Luta de classes.

ABSTRACT: This article analyzes memory as a social and historical category, highlighting its role in the organization of social classes within the capitalist mode of production. The work consists of a bibliographic analysis in which, drawing on Historical-Dialectical Materialism and the contributions of French sociologist Maurice Halbwachs, memory is understood as a collective phenomenon, constituted by social frameworks and permeated by power struggles. The relationship between remembrance and forgetting demonstrates that memory is not neutral, but traversed by interests that transform it into an instrument of class struggle. The study also engages with the works of Elizabeth Jelin, Edward P. Thompson, and Walter Benjamin, showing how memory articulates historical, cultural, and political experiences. The final considerations highlight that memory, beyond reconstructing the past, acts as an active tool in the formation of class consciousness and in symbolic dispute, establishing itself as a strategic element for understanding and transforming social reality.

Keywords: Memory. Social Class. Capitalism. Historical-Dialectical Materialism. Class Struggle.

¹ Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade, PPGMLS/UESB. Mestre em Educação, PPGED/UESB. Advogado, Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Brumado. Bolsista CAPES.

² Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade, PPGMLS/UESB. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié-BA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB).

O presente trabalho é parte da pesquisa “Mercantilização da Educação e Processo de Trabalho: memória da Educação em Tempo Integral do município de Brumado – Ba”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A pesquisa conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP) da UESB com CAAE n°. 97282926.9.0000.0055.

RESUMEN: Este artículo analiza la memoria como categoría social e histórica, destacando su papel en la organización de las clases sociales en el modo de producción capitalista. El trabajo consiste en un análisis bibliográfico en el que, a partir del Materialismo Histórico-Dialéctico y de las contribuciones del sociólogo francés Maurice Halbwachs, la memoria es comprendida como un fenómeno colectivo, constituido por los marcos sociales y atravesado por disputas de poder. La relación entre el recuerdo y el olvido demuestra que la memoria no es neutra, sino que está atravesada por intereses que la transforman en instrumento de la lucha de clases. El estudio dialoga también con las obras de Elizabeth Jelin, Edward P. Thompson y Walter Benjamin, evidenciando cómo la memoria articula experiencias históricas, culturales y políticas. Las consideraciones finales destacan que la memoria, además de reconstruir el pasado, actúa como herramienta activa en la formación de la conciencia de clase y en la disputa simbólica, configurándose como un elemento estratégico para comprender y transformar la realidad social.

Palabras clave: Memoria. Clase Social. Capitalismo. Materialismo Histórico-Dialéctico. Lucha de Clases.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar como a categoria memória está imbricada nos processos de organização e luta de classes sociais no seio do metabolismo capitalista. Para isto, o artigo adota uma perspectiva de análise calcada no Materialismo Histórico-dialético (MHD). Inicialmente o texto analisa como o estudo da memória se expandiu, consolidando-se como uma área interdisciplinar nas Ciências Sociais, relacionando este aspecto com o surgimento da psicologia histórico-cultural e do avanço das ciências humanas e sociais, bem como os processos histórico e político ao longo do século XX.

2

Ao relacionar memória e MHD, o trabalho apresenta particularidades do método de análise, fundado numa perspectiva que compreende a sociedade a partir de sua produção material, do movimento da História e do antagonismo de classe. A memória é apresentada como uma categoria ontológica do ser social, sendo evidenciado o seu aspecto coletivo, apoiando-se nos estudos de Maurice Halbwachs.

A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes (Marx e Engels, 2017, p. 14). Na ordem capitalista há uma diferenciação mais clara das classes fundamentais e a consciência de classe se desenvolve de maneira mais completa e as lutas de classes são mais agudas (Bottomore, 1988, p. 355). A memória se relaciona com a luta de classes à medida que ela reflete a organização e os conflitos presentes na sociedade e que a sua reconstrução, dotada de lembranças e esquecimentos, está eivada de interesses, tornando-se uma ferramenta da luta de classes a partir da sua institucionalização e reconhecimento de sua relevância nas sociedades, mas também a partir de um aspecto de fomento às transformações

sociais a partir da consolidação de consciência de classe entre os trabalhadores, formando as bases para a superação das opressões impostas pela organização do modo de produção capitalista.

Para fundamentar a relação entre memória e luta de classes, nos apoiamos nos estudos de Elizabeth Jelin (2002), Edward P. Thompson (1987) e Walter Benjamin (1987), evidenciando como a memória articula experiências históricas, culturais e políticas, e, portanto, está em constante disputa. O texto aponta que a memória é um fenômeno essencialmente coletivo, situado nas relações sociais e nos antagonismos de classe, sendo um campo estratégico na luta de classes, pois sua organização e institucionalização podem reforçar ou questionar a hegemonia das elites, desempenhando um papel ativo na formação da consciência, da identidade coletiva e na construção de projetos emancipatórios e configurando-se como ferramenta indispensável à crítica do capitalismo e à luta por transformações sociais. Vejamos mais de perto.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

A presente pesquisa possui um caráter bibliográfico, de formato descritivo e de natureza qualitativa. A filiação ao materialismo histórico está consubstanciada na concepção de trabalho como fundamento da vida social. Neste sentido, compreendemos que o estudo da memória social deve estar conectado aos conceitos de estrutura e superestrutura, ou seja, a relação dialética entre trabalho e ideologia.

Assim, temos dois momentos em que a ideologia é apresentada por Marx, na Ideologia Alemã (1999), primeiro como abstração e num segundo momento conectada com a perspectiva das lutas de classe: “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens (...)”. (Marx, 1999, p. 36). Nesse momento o autor está dialogando contra o idealismo hegeliano e inferindo que as ideias são produtos da conduta material dos homens. Numa outra passagem, condiciona a produção ideológica de uma época a sua correspondente classe dominante. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação (Marx, 1999, p. 72).

Se as ideias dominantes de uma época são reflexos diretos das classes dominantes, estas últimas se apropriam da memória para perpetuar sua hegemonia através da reprodução ideológica. No entanto, essa construção da memória não ocorre de forma linear, isenta de conflitos. Magalhães e Almeida (2011, p. 106), ao relacionar memória coletiva e social aos

elementos de manutenção das relações ditas tradicionais e modernas e seu agenciamento ao longo do tempo e sua manutenção no presente, dispõe que o uso assistido daquilo que nomeiam por memória se faz necessário à manutenção do *status quo* de determinados setores, indivíduos e sociedade, podendo a memória coletiva ser requerida pela memória social como uma reação ao que está sendo dado, testemunhando a favor da construção de memórias contra hegemônicas.

Partindo da premissa de que a memória é uma categoria ontológica do ser social, podemos inferir que ela confere estabilidade e coesão aos grupos, possibilitando a transmissão de conhecimentos fundamentais à transformação da natureza pelo homem e do homem sobre si próprio. Conforme asseveram Simões e Mello (2024, p. 62), é a memória que – tal qual Atlas, que sustentou o céu nos ombros, sustentando e conservando o produto da convenção linguística forjada pelos homens – viabiliza a articulação dialética entre a linguagem e o trabalho, atuando como a coluna invisível, o amálgama elipsado entre os dois termos da equação que produz a vida social.

Ato contínuo, compreendemos a relevância de problematizarmos a relação entre memória e classes sociais. Nesse sentido, nossos estudos convergiram para autores tanto da tradição marxista como pesquisadores que inserem a memória no contexto das lutas de classe. Thompson e Benjamin demonstram que a memória das classes trabalhadoras, mesmo fragmentada ou silenciada, pode emergir como instrumento de resistência, resgatando experiências de exploração e injustiça que alimentam novos projetos de mobilização. Assim, a memória coletiva se transforma em fonte de consciência histórica, capaz de conectar gerações e fortalecer a identidade de grupos subalternos diante da opressão. Jelin e Pollak, por sua vez, apresentam a perspectiva das memórias como resistência à ordem vigente, ou à memória oficial, e destacam a questão do silenciamento, do papel do não-dito na compreensão de uma dada realidade.

Por fim, mas não menos importante, compreendemos que a explicação sociológica ocorre por meio das conexões do objeto com a totalidade das relações de produção, bem como com as articulações das contradições e mediações advindas do processo produtivo. Assim:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a base econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a

consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1983, p. 24).

Face ao exposto, compreendemos a memória como um fenômeno social que está diretamente conectado à dinâmica da realidade concreta, ou seja, articulado com as bases da produção material que condiciona as esferas econômicas e políticas da sociedade.

A MEMÓRIA COMO CAMPO DE ESTUDO

O estudo da memória, outrora restrito ao campo da psicologia e da neurociência, expandiu-se para se tornar uma área interdisciplinar nas ciências sociais. Essa transição reflete uma compreensão mais profunda, em que a memória passou a ser entendida não apenas como uma função individual do cérebro, mas como um fenômeno social, político e histórico. Para conectar a memória de forma significativa com uma perspectiva histórico materialista de análise é preciso vislumbrar a lembrança como um produto das condições materiais e, ao mesmo tempo, como uma força ativa na luta de classes.

No início do século XX, na União Soviética, um grupo liderado por Vigotski deu uma das principais contribuições para esta transição nos estudos sobre memória, desenvolvendo a psicologia histórico-cultural ou teoria do desenvolvimento histórico. Esta psicologia, de acordo com Vigotski e Leontiev (2020, p. 115) tem por base uma contraposição ideológica às teorias idealistas e mecanicistas da memória, consistindo no reconhecimento do desenvolvimento histórico da personalidade humana e de suas funções psicológicas. Os autores indicam que a sua teoria tem como premissa de que o desenvolvimento histórico das formas superiores da memória não substitui, mas remove as formas elementares de memorização, que são fundamentalmente um produto da evolução biológica (Vigotski, Leontiev, 2020, p. 115-116).

O desenvolvimento da psicologia histórico-cultural revolucionou os estudos no campo da memória, pois ao enfatizar a mediação, a origem social e a distinção entre memória natural e cultural, ela transformou a memória de um fenômeno passivo e interno em um ato ativo, consciente e social, onde ela é concebida como habilidade humana que se desenvolve na e por meio da cultura e da interação social.

Ressalta-se que, o avanço de outras áreas das ciências humanas e sociais, principalmente a partir do final do século XIX, possibilitou a mudança do foco da memória do indivíduo para o grupo, tendo por destaque a Sociologia, onde, no início do século XX, Maurice Halbwachs introduziu estudos sobre a memória coletiva.

Antes restrita a questões filosóficas e de funcionamento do corpo, o estudo da memória se desenvolveu e se institucionalizou como um campo de estudo autônomo e de vital importância política a partir dos grandes traumas do século XX. A necessidade de lidar com as atrocidades da Segunda Guerra Mundial e os horrores das ditaduras militares na América Latina, por exemplo, transformou a memória de um fenômeno individual em uma questão pública, ética e de justiça.

O Holocausto e a devastação da Segunda Guerra Mundial forçaram a humanidade a confrontar a memória em uma escala sem precedentes. A memória deixou de ser um mero registro histórico, para se tornar uma questão de ordem moral e ética. O principal objetivo era documentar o que aconteceu e honrar as vítimas para que tais atrocidades jamais se repetissem, sendo permeado por tribunais de julgamento, como os Tribunais de Nuremberg, além de museus e memoriais.

No campo teórico relacionado a este período destaca-se o trabalho de pesquisadores como Hannah Arendt, que forneceu as bases para entender a estrutura política que permitiu o horror e o conceito de "banalidade do mal" (Arendt, 1999), fundamental para estudos de memória coletiva e política. Já Marianne Hirsch (1992), desenvolveu o conceito de pós-memória, baseando na ideia de que os descendentes dos sobreviventes mantêm uma conexão íntima com as memórias do trauma. Michael Pollack (1989), com obras sobre memória, esquecimento e silêncio, ajuda a compreender como grupos constroem identidades a partir de lembranças traumáticas e como o silêncio é parte integrante da memória, enquanto Paul Ricoeur (2007), oferece a base filosófica necessária para debater o trabalho de luto e a responsabilidade ética que temos ao narrar o passado.

A transição para a democracia em países como Argentina, Chile e Brasil, a partir do final do século XX, expôs a necessidade de lidar com a memória de violência e terror de Estado. A memória aqui se diferencia do contexto europeu por se concentrar em conflitos internos e na luta contra o silêncio imposto por regimes autoritários. Uma das marcas desse processo foi a formação de comissões da verdade, após o fim desses regimes, a atuação de movimentos sociais e de direitos humanos, além da instauração de memoriais e centros de memória.

Na América Latina destacam-se os trabalhos de Elizabeth Jelin (2002), que analisa os sentidos do passado através das memórias da repressão no Cone Sul. Os estudos de Ludmila da Silva Catela, na Argentina, são fundamentais para entender o papel dos familiares de desaparecidos na construção da verdade, enquanto Pilar Calveiro (1998), oferece uma análise

fenomenológica profunda sobre como o sistema de campos de concentração na Argentina funcionou e como os desaparecimentos forçados se tornaram uma tecnologia política de controle social.

Os estudos sobre memória se propagaram no âmbito acadêmico, ocorrendo geralmente de forma interdisciplinar e abrangendo múltiplas áreas de conhecimento. A partir da segunda metade do século XX, o campo se tornou verdadeiramente interdisciplinar, integrando contribuições da história (história oral), da antropologia (estudos sobre rituais), da psicologia histórico-cultural (Vygotsky), da neurociência (a base material da memória) e da ciência política (estudos de justiça de transição). Esta transição reflete o amadurecimento da memória enquanto campo de conhecimento e sua relevância para a análise das relações de poder e as contradições do mundo material.

MEMÓRIA E MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

O Materialismo Histórico-dialético (MHD) é um método que tem por base o movimento histórico a partir das contradições geradas pelas condições materiais da sociedade. Consolidou-se a partir dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, tendo por base a ideia de que o ser social possui caráter histórico, inaugurado pelo trabalho como elemento

7

A perspectiva de análise da dialética materialista marxiana pensa a história das sociedades a partir de sua produção material de existência e suas ideologias resultantes do processo de contraposição entre classes sociais antagônicas (Pacífico, 2019). Basicamente, na sociedade capitalista, estas classes em contraposição são a burguesia, detentora do capital e dos meios de produção; e a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para sua subsistência.

A compreensão do MHD de que o mundo é movimento pressupõe que a contradição da realidade é a forma da realidade se mover (Paula, 1992). Neste contexto, o conhecimento é desvelado através da formação de categorias, que são conceitos básicos que objetivam refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. As categorias surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos, pretendendo um alto grau de generalidade (Cury, 1986, p. 21). Evidencia-se que a tarefa mais importante do materialismo histórico é formular um juízo preciso sobre a ordem social capitalista e desvelar sua essência (Lukács, 2003, p. 415), denotando-

se que a dialética materialista histórica é uma postura, um método e uma práxis (Sanfelice, 2017, p. 115).

Pensar a memória numa abordagem dentro do MHD requer concebê-la numa perspectiva de categoria ontológica do ser social, conforme defendido por Santos (2021), que indica que as qualidades categoriais da memória, torna-a indispensável, para não dizer necessária e essencial, ao processo de produção e reprodução social, devendo existir inelutavelmente em uma relação de imbricamento indissociável com a consciência e a intencionalidade (Santos, 2021, p. 90).

Sendo assim, a memória não pode ser concebida apenas como um processo cerebral individual, mas um fenômeno social e histórico. A memória é construída e moldada pelas condições materiais e pelas relações sociais de uma época, tratando-se de uma complexa rede de significados que reflete o modo de como uma sociedade produz a sua existência. Neste sentido, a memória apresenta-se como uma categoria em disputa, visto que o domínio do que se é lembrado por determinada sociedade torna-se um espaço de poder e controle.

Numa sociedade dividida em classes, a memória se transforma em um mecanismo que molda os processos históricos e sociais. Para Le Goff (2008, p. 422) tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Neste contexto, o autor indica que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Para se pensar a memória numa perspectiva coletiva, é relevante o destaque ao trabalho de Maurice Halbwachs. Este autor relaciona as lembranças a um conjunto de conceitos que muitos outros possuem além de nós, a pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, a raciocínios e ideias, ou seja, a vida material e moral das sociedades das quais fazemos ou fizemos parte (Halbwachs, 2023, p. 43-44).

Para Halbwachs (1990), há uma imposição de restrições ao homem pela sociedade, penetrando profundamente em seu interior, por meio da multiplicidade e complexidade de relações de todo tipo que o envolvem, onde o respeito a individualidade é falseado, sendo o indivíduo livre para viver, pensar e formar suas opiniões como desejar somente enquanto cumpra com deveres essenciais (Halbwachs, 1990, p. 105). O estabelecimento de posições sociais é uma das bases da ordem capitalista, visto que cada indivíduo ou grupo social acaba tendo uma função na sociedade.

Para se compreender o funcionamento da memória coletiva, Halbwachs parte da premissa de que só lembramos ao nos colocarmos no ponto de vista de um ou de vários grupos e ao nos situarmos em um ou em vários fluxos de pensamento coletivo (Halbwachs, 2024, p. 19). Neste contexto, a memória, para Halbwachs, é, em grande parte, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados retirados do presente, onde busca-se na sociedade todas as indicações necessárias para reconstruir partes do nosso passado que representamos de maneira incompleta ou indistinta, ou que, mesmo, acreditamos estar completamente fora de nossa memória (Halbwachs, 2024, p. 71).

De acordo com Halbwachs, a memória não é um dom individual isolado, mas sim algo que se constitui e se organiza no interior da vida social. Ao se contrapor a uma perspectiva bergsoniana de memória como vivência, Halbwachs conceitua a memória como uma reconstrução racional do passado realizada desde elementos e mecanismos presentes na atualidade na consciência do grupo (Halbwachs, 2004, p. 368).

Halbwachs remove a ideia de Bergson de uma memória pura, individual, em imagens, trazendo a perspectiva de uma reconstrução pautada a partir das interações entre o indivíduo e a sociedade a partir dos grupos em que estão inseridos. Para ele, nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos (Halbwachs, 1990, p. 16).

A memória coletiva na concepção halbwachiana é a forma pela qual os grupos sociais mantêm viva a sua continuidade, atualizando constantemente representações do passado. O que se recorda (os fatos, as imagens, os afetos) é sempre filtrado pelas formas sociais de linguagem, espaço, tempo e valores que orientam o grupo.

Para Halbwachs, toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no espaço e no tempo (Halbwachs, 1990, p. 58), sendo a memória coletiva o grupo visto de dentro, durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana (Halbwachs, 1990, p. 60), servindo o tempo como um quadro comum para o pensamento de um grupo e a consciência individual se apresentando como um ponto de encontro dos tempos coletivos.

Os quadros sociais da memória é um conceito central que sustenta a teoria de Halbwachs. Esses quadros são as estruturas simbólicas, afetivas e institucionais que fornecem as condições para lembrar. São exemplos de quadros sociais: a família, a escola, a religião, o espaço urbano, a classe social, o grupo profissional, entre outros. Para Halbwachs (2023, p. 77-

78) não há memória possível fora dos quadros que as pessoas vivendo em sociedade usam para referenciar e recuperar suas memórias.

O processo de rememoração seria um trabalho de reinterpretação que evoca recursos nos múltiplos grupos sociais, símbolos materiais e práticas sociais que nos cercam. Halbwachs (2023, p. 8) teoriza que o indivíduo se lembra ao adotar a perspectiva do grupo e que a memória do grupo se concretiza e se manifesta nas memórias individuais. Para este autor, quando uma lembrança é evocada e a detalhamos localizando-a, ou seja, quando a completamos, às vezes dizemos que a ligamos às que a cercam. Halbwachs compreende que, na realidade, é porque outras lembranças relacionadas àquela persistem ao nosso redor, nos objetos, nos seres entre os quais vivemos ou em nós mesmos: pontos de referência no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados de experiência comum e perspectivas familiares, que nos permitem determinar com maior precisão o que inicialmente era apenas o esquema vazio de um evento do passado. (Halbwachs, 2023, p. 44).

Estes marcos sociais são definidos por Halbwachs como sistemas lógicos, de sentido, cronológicos, topográficos, que antecipam o lembrar, colocando a sua disposição “um sistema geral do passado”, designando o papel e o lugar da lembrança particular. Os marcos sociais de memória são fatos de noções, fundamentalmente de uma realidade que unifica os polos opostos do conceito e do sensível (Halbwachs, 2004, p. 380). Estes marcos remetem a nossa visão do mundo proporcionada pela sociedade do nosso tempo (Halbwachs, 2004, p.380). Halbwachs (1990, p. 23) destaca que só lembramos ao nos colocarmos no ponto de vista de um ou de vários grupos e ao nos situarmos em um ou em vários fluxos de pensamento coletivo.

Os estudos de Halbwachs demonstram que a memória não pode ser concebida numa perspectiva meramente individual. Ao conectar os seus estudos com o MHD, vislumbra-se uma vinculação da memória com divisão da sociedade em classes sociais e da relevância da forma que a memória se organiza a partir de uma perspectiva coletiva, demonstrando a sua relevância para a compreensão dos processos de organização da sociedade.

Logo, a classe social se apresenta como um dos principais quadros na nossa sociedade, visto que, nela se comunga não só aspectos relacionados a questões econômicas ou de trabalho, mas também elementos culturais. A distribuição espacial das pessoas em determinados lugares, seus espaços de trabalho, lazer, educação e convivência geralmente se dão a partir de sua inserção em determinada classe, moldando sua forma de pensar, consumir, se relacionar, etc.

CLASSE SOCIAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Classe pode ser compreendida não apenas como uma categoria derivada da organização capitalista, mas como um processo histórico e uma relação social que se manifesta na contraposição de grupos sociais, articulada a partir da disposição dos meios de produção, da distribuição do trabalho e, fundamentalmente, da experiência compartilhada de exploração. No decorrer da História, a humanidade foi dividida entre homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada (Marx e Engels, 2010, p. 40).

Estas divisões sociais são instauradas a partir da disposição da dinâmica produtiva, apoiando-se nas necessidades de (re) produção das bases materiais de existência e subsistência dos homens nas suas respectivas sociedades.

A divisão da sociedade em classes é uma das condições de existência do capitalismo. O antagonismo é uma das marcas desta ordem socioeconômica, onde pode se destacar, por exemplo, a contraposição e hierarquização entre patrão e empregado, produtor e consumidor, dentre outros; aliados a interesses diversos que aproximam ou afastam os homens.

Um dos principais teóricos sobre as classes sociais é Edward P. Thompson, que estudou a formação da classe operária inglesa no século XIX. Este autor indica que a classe é uma formação tanto cultural como econômica (Thompson, 1987a, p. 13), sendo definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (1987a, p. 12). Para Thompson a classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (Thompson, 1987a, p.9). Neste sentido, o autor indica que a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram voluntariamente (Thompson, 1987a, p.9).

A luta de classes pode ser concebida como uma das bases de sustentação do capitalismo. O conflito entre o interesse da burguesia em maximizar seus lucros através da minimização dos custos de produção, principalmente através da manutenção dos salários da classe trabalhadora no mínimo possível, acarreta a necessidade dos trabalhadores na melhoria de suas condições de vida e trabalho tornando esta batalha a própria essência do capitalismo.

A luta de classes se manifesta como um processo contraditório e dialético que sustenta o modo de produção, visto que a busca dos trabalhadores por melhores condições de vida e salário não leva ao fim do capitalismo, mas o retroalimenta através da inovação e aumento da produtividade, a criação de mercados e o consumo em massa e da institucionalização do conflito pelo Estado. No contexto da sociedade contemporânea, a realidade configura-se sob uma dominação de classes que se apresenta sempre mais despótica, invasiva e como controle crescente por parte do capitalista (Vieira, 2024, p. 248).

Nesta lógica, o Estado se apresenta como um mediador destes conflitos, sustentado pela classe trabalhadora, mas resguardando os interesses da burguesia, a partir de uma estrutura onde sua função é de mediação e de controle de classe a partir do monopólio da força, da execução de políticas públicas e de seu sistema legislativo e de justiça. Logo, a luta de classes é a própria contradição que mantém o capitalismo vivo e adaptável.

Neste contexto, a consciência de classe é um mecanismo de equilíbrio, visto que as classes oprimidas, mesmo sendo maioria, estão sob o jugo do poder das classes “superiores”. Para Thompson (1987c, p. 411)

A nova consciência de classe dos trabalhadores pode ser vista de dois aspectos. De um lado, havia uma consciência de identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-34. Por outro lado, havia uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou “classes produtivas”, enquanto contrários aos de outras classes; dentre dele vinha amadurecendo a reivindicação de um sistema alternativo.

12

Sendo assim, as relações sociais e as estruturas que a compõem são permeadas por conflitos de interesses de classe, tornando-se espaços de disputa. Neste cenário, a consciência de classe é um elemento que possibilita o fortalecimento da unidade, principalmente para a classe trabalhadora, que se encontra numa posição de superioridade numérica, mas sob controle dos detentores do capital. Logo, a manutenção do sistema requer a manutenção de uma classe trabalhadora desagregada, sendo utilizado para isto não só os meios coercitivos econômicos e estatais, mas também através do controle dos processos socioculturais, educacionais e históricos, tendo a ideologia um papel central nesta organização.

MEMÓRIA E LUTA DE CLASSES

Ao relacionar memória com a disposição de classes no modo de produção capitalista, pode-se asseverar que ela se entrelaça na luta de classes, não só como categoria, mas um

elemento central na dinâmica do poder e da política, visto que, o ato de lembrar, ou esquecer, é uma ferramenta estratégica usada por indivíduos, grupos, classes e estados para legitimar seu poder, construir identidades e moldar o futuro, tornando-se, assim, um campo de batalha política onde o controle sobre a narrativa histórica é uma das formas mais eficazes de dominação.

A memória não pode estar dissociada da sociedade, devendo estar correlacionada com o contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido. Smolka (2000, p. 186) indica que estudar a memória no homem, então, não é estudar uma “função mnemônica” isolada, mas é estudar os meios, os modos, os recursos criados coletivamente no processo de produção e apropriação da cultura.

No processo de consolidação da memória, seja individual ou coletiva, dois aspectos são relevantes para a sua compreensão. Quando se fala de memória, geralmente a questão da lembrança assume uma centralidade, mas o que é esquecido é tão significativo quanto, pois abordar a memória envolve referir-se a lembranças e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Envolve saberes e emoções, lacunas e fraturas (Jelin, 2002, p. 17).

A memória de determinada sociedade está impregnada dos conflitos de classe não só quando determinado grupo seleciona o que deve ser lembrado, mas principalmente o que deverá ser esquecido. O esquecimento é um processo fundamental e ativo, com dimensões biológicas, psicológicas e, sobretudo, políticas. A análise do esquecimento nos permite compreender a memória de uma forma mais profunda e crítica.

No campo social, o esquecimento se apresenta como uma das ferramentas mais potentes na disputa pelo poder. O apagamento de memórias pode se dar através de políticas estatais, principalmente nos regimes autoritários, ou pode ser uma condição para que determinada sociedade se reorganize, principalmente após conflitos internos, aparecendo como ato de reconciliação após ciclos de violência. Pollak (1989, p. 4), indica, por exemplo, a progressiva destruição dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e países satélites, demonstrando como o apagamento se apresenta como tentativa de revisão da memória coletiva e reorganização política.

O ato de lembrar, numa perspectiva coletiva, também é marcado por disputas de poder. Quando uma sociedade seleciona o que fará parte da sua história, através de seus monumentos, livros, museus, ou seja, sua história oficial, esta seleção está eivada de disputas que envolve, também, conflitos de classe, visto que a perspectiva a ser contada geralmente está relacionada

aos ocupantes das instâncias de poder, normalmente ocupada pelas elites, pois toda política de conservação e memória elege o que contar ou o que esquecer (Jelin, 2002).

Outro aspecto a ser considerado é sobre as memórias silenciadas, principalmente nas classes oprimidas. Os estudiosos do campo da memória defendem que a reconstrução das memórias no presente atende aspectos da realidade do agora, além da perspectiva de construção de um futuro. Thompson, ao avaliar movimentos da classe trabalhadora da Inglaterra do século XIX, aponta que

É uma ironia histórica que tenham sido os trabalhadores urbanos, e não os rurais, que organizaram o movimento nacional mais coerente pela devolução da terra. Alguns deles eram filhos e netos de camponeses, com o entendimento aguçado pela vida política das cidades, livres da sombra do proprietário rural. [...] diante das dificuldades da época e do desemprego nas cidades em expansão, a lembrança dos direitos perdidos suscitava uma nova e amarga sensação de privação. (Thompson, 1987b, p. 17)

Esta constatação de Thompson demonstra que, mesmo não vivenciando mais a vida do campo, havia nesses movimentos, através de seus membros, influência de sua memória, seja ela individual ou coletiva, na sua atuação enquanto movimento político. Certamente as narrativas sociais e/ou familiares despertaram nessas pessoas uma conexão com um passado em que o trabalhador tinha melhores condições de vida, que piorava à medida que as indústrias avançavam pela Inglaterra e que a industrialização transformava camponeses em trabalhadores urbanos. Neste exemplo, o distanciamento da influência do opressor (proprietário rural) demonstra-se como um elemento facilitador da organização dos oprimidos em prol do crescimento de um movimento pela devolução da terra.

Na Inglaterra pós-revolução industrial, a organização de classe começou a se dar através do surgimento de sociedades organizadas, sindicatos e caixas de assistência. A luta de classes se fazia notável através da repressão a organizações de trabalhadores através de leis restritivas às suas formas de associação, suas liberdades de imprensa, etc. Neste sentido, a reconstrução da memória naquele momento perpassava pela necessidade da melhoria das condições de vida de uma massa trabalhadora cada vez mais explorada pela expansão da atividade industrial, demonstrando não só o papel da memória nesta organização de classe, mas também a alienação dos camponeses, visto que eram os trabalhadores urbanos que estavam se mobilizando por direitos relacionados à terra (Thompson, 1987b).

Ainda no início do século XX, outro autor que traz uma perspectiva que relaciona memória e classe social é Walter Benjamin, um pensador alemão, um homem de letras e esteta,

considerado o mais importante crítico literário alemão da primeira metade do século XX. Dentre os seus escritos destaca-se o texto “experiência e pobreza”, escrito em 1933.

Benjamin defende o surgimento de uma nova barbárie diante dos avanços tecnológicos de sua época, caracterizada por uma pobreza de experiência que não é mais privada, mas de toda a humanidade (Benjamin, 1987, p.115). Para ele, a perda de experiência é uma nova forma de miséria que surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem (Benjamin, 1987, p.115); concluindo que “ficamos pobres. Abandonamos uma depois das outras todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo de seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”” (Benjamin, 1987, p.115).

A ideia de barbárie em Benjamin assume uma característica positiva ao dispor que ela seria responsável pela superação do modelo de sociedade vigente, a partir da resistência dos “bárbaros” aos avanços tecnológicos e de uma nova sociedade que superasse a pobreza da experiência causada pelo avanço da técnica naquele momento histórico.

Ao aliar a pobreza de experiência ao avanço da técnica, Benjamin atribui o afastamento do homem da experiência como uma consequência das padronizações. Um de seus exemplos são as inovações decorrentes do uso do vidro e do aço nas construções, onde a transparência do vidro é relacionada à perda de mistério, levando, conseqüentemente, à uma pobreza de experiência.

15

Para compreender o que Benjamin conceitua como experiência é relevante ressaltar que ele a coloca como central no seu pensamento. Benjamin faz uma diferenciação entre experiência da tradição (Erfahrung), calcada numa memória capaz de guardar marcas, enquanto a experiência ligada à consciência (Erlebnis), se relaciona com a vivência do cotidiano, preparada para lidar com estímulos do mundo moderno (Freitas, 2014, p. 73-74). A experiência da tradição é fundada numa memória coletiva extensa, onde a narração protagoniza um papel de conservação desta memória, enquanto a vivência do cotidiano é individualizante, ocasionando em perda da experiência. Benjamin compreende que a experiência é matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. (Benjamin, 1989, p. 105).

A tradição pode ser compreendida, em Benjamin, como o espaço-tempo de um tipo peculiar de saber que está para além do racional, onde ela contextualiza uma natureza, um mundo de vida; ela contempla um conjunto de representações significativas que condicionam o fazer e o saber de determinadas comunidades (Pereira, 2006, p. 62). Ela é, ainda, em parte, o enquadramento de ações que não só ditam o modo do fazer, mas também, o modo de estar, o

modo dos indivíduos se relacionarem uns com os outros e com o mundo (Pereira, 2006, p. 62). A memória, na tradição, é o modo de transmissão deste saber, sendo a base para a narração, que é a forma que a História é contada.

Sobre a diferenciação entre experiência e vivência, Freitas (2014, p. 74) define que no mundo moderno a consciência se torna aguçada e as marcas da memória, numa relação inversamente proporcional, diminuem, onde é flagrada a modificação da percepção na sociedade tradicional, calcada no passado, para a sociedade da técnica, com o predomínio da vivência nas situações imediatas.

O avanço da técnica presenciada no contexto histórico vivenciado por Benjamin era um cenário marcado por avanços tecnológicos em várias áreas. Benjamin escreve em um período entre guerras mundiais, onde o fascismo se propagava pela Europa, marcada por fortes transformações sociais e econômicas.

Gagnebin, no prefácio de “Magia e Técnica, Arte e Política” (Benjamin, 1987, p. 11-12) avalia que a pobreza da experiência em Benjamin decorre do empobrecimento da arte de contar (narrar), que exige três principais condições de realização: experiência transmitida pelo relato que deve ser comum ao narrador e ouvinte, pressupondo uma comunidade de vida e discurso que o capitalismo destruiu; o fim da organização pré-capitalista do trabalho, marcado pelo artesanato; e o fim da comunidade da experiência, através do isolamento do indivíduo no seu mundo particular e privado.

Benjamin era um crítico da perda da experiência ocasionada pela ideia de progresso trazida pelo avanço da técnica da sociedade de sua época. Neste contexto de “barbárie”, ele introduz uma perspectiva de esperança através de uma ideia positiva de barbárie, onde, deste cenário de pobreza de experiência, surgiria o bárbaro, impelido a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar para a direita nem para a esquerda (Benjamin, 1987, p. 116).

A perda de experiência em Benjamin pode ser relacionada à alienação do trabalho na sociedade capitalista, pois esta perda de experiência pode ter conexão com o domínio que a burguesia exerce sobre a classe trabalhadora, ditando, através da padronização cultural, o controle sobre a classe trabalhadora, utilizando-se, por exemplo da expansão dos meios de comunicação em massa, em ampla expansão naquele período. O controle dos meios culturais que influenciam a consciência, cultura e expressões de memória da classe trabalhadora, a torna

cada vez mais alienada, enfraquecendo a luta de classes e aumentando a desigualdade entre ricos e pobres.

Dessa forma, a memória se revela como um campo primordial da luta de classes, pois reconstrói o passado segundo as necessidades do presente, alicerçando um futuro que pode ser revolucionário. Ao selecionar o que lembrar e o que esquecer, as classes dominantes buscam legitimar sua posição social, estabelecendo narrativas oficiais que naturalizam desigualdades e perpetuam sua hegemonia, o que pode ser evidenciado nas políticas de memória através da valorização da cultura da elite, disposta em museus, monumentos, na História oficial, nomes de ruas e cidades, dentre outros.

No contexto atual de arranjo social pautado pelo neoliberalismo, com processos que levam a uma maior pressão sobre a classe trabalhadora com perdas de direitos e desindustrialização, Speranza (2023, p. 15) indica que as memórias do passado se colocam como firme contraponto ao presente de precariedade, reatualizando o pertencimento de direitos agora ausente na experiência concreta do atual.

Em um cenário em que a sociedade se direciona a um desenvolvimento tecnológico subsumido aos interesses de corporações de tecnologia através dos algoritmos e de inteligência artificial, como diagnosticado por Bezerra (2024, p. 134), apontando que experiências não datafizadas, registradas apenas pela memória cerebral, parecem perder valor; torna-se imprescindível para a resistência da classe trabalhadora a apropriação da tecnologia e da memória como instrumento da luta de classes.

Assim, compreender a memória como elemento da luta de classes é reconhecer seu caráter político e como campo em disputa. Ela vai além do registro e da lembrança, sendo base para a ação de novas práticas sociais, que podem estar calcadas na resistência, no esquecimento, no silenciamento e na reinterpretação. Inserida nas contradições do capitalismo, a memória funciona como espaço simbólico de poder, onde se trava batalhas relacionadas ao direito de narrar o passado e projetar o futuro. A análise da memória, portanto, ilumina não apenas os mecanismos de dominação, mas também as possibilidades de emancipação social, fazendo dela um instrumento estratégico na construção de alternativas à ordem vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da memória sob a ótica do Materialismo Histórico-Dialético e da teoria de Maurice Halbwachs revela que ela é um fenômeno essencialmente coletivo, situado nas relações

sociais e nos antagonismos de classe. Ao se compreender a memória como categoria ontológica do ser social, evidencia-se que lembrar e esquecer não são atos neutros, mas processos permeados por disputas políticas, culturais e ideológicas.

As disputas de poder e pela dialética entre lembrança e esquecimento que atravessam esta categoria, atua na formação da consciência de classe diante dos processos de silenciamento e mercantilização da experiência no capitalismo contemporâneo.

Sendo uma categoria atravessada por conflito de classes, a memória torna-se um campo estratégico nesta disputa, pois sua organização e institucionalização podem reforçar ou questionar a hegemonia das elites. As contribuições de Halbwachs, Thompson e Benjamin demonstram que a memória opera como fio condutor entre passado, presente e futuro, ora legitimando estruturas de poder, ora fortalecendo a resistência social. Assim, mais do que guardar lembranças, a memória desempenha um papel ativo na formação da consciência, da identidade coletiva e na construção de projetos emancipatórios, configurando-se como ferramenta indispensável à crítica do capitalismo e à luta por transformações sociais.

Neste sentido, a memória pode ser concebida como um mecanismo de resistência que deve ser apropriado pela classe trabalhadora, visando não somente a superação das estruturas de exploração do modo de produção capitalista, mas também como um instrumento de agregação e fortalecimento da solidariedade de classe, a desalienação do trabalho e a retomada da experiência.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”; “O narrador”; In: Magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas v. 1).

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas v. 3).

BEZERRA, Arthur Coelho. A ideologia dos dados: algoritmos e inteligência artificial no capitalismo da era digital. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura. São Cristóvão, v. 26, n. 2, p. 125-139, 2024.

BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y Desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

FREITAS, Tatiana Maria Gandelman de. *Erfahrung e Erlebnis em Walter Benjamin*. Garrafa. v. 12 n. 36 (2014): Janeiro-Junho.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice. 1990.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *Os quadros sociais da memória*. Curitiba: Antônio Fontoura, 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Curitiba: Antônio Fontoura, 2024.

HIRSCH, Marianne. *Family Pictures: Maus, Mourning, and Post-Memory*. *Discourse*, v. 15, n. 2, 1992.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI de España editores: 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

MAGALHÃES, L. D. R. & ALMEIDA, J. R. M. *Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação*. In: LOMBARDI, J. C. (et. all). *História, memória e educação*. — 19
Campinas, SP. Ed. Alínea, 2011.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1. ed. revista. Tradução: Alvaro Pinto e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

MASSON, Gisele. FLACH, Simone de Fátima. *O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em Políticas Educacionais*. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 3, p. 1-15, 2018.

PACÍFICO, Marsiel. *Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método*. *Argumentos*, ano 11, n. 21 - Fortaleza, jan./jun. 2019.

PAULA, J. A. *A produção do conhecimento em Marx*. *Cadernos Abess*. São Paulo, Cortez, 1992, p.17-42.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. *Saber do tempo: tradição, experiência e narração em Walter Benjamin*. *Educ. Real*. [online]. 2006, vol.31, n.02, pp.61-78.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-13.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANFELICE, José Luís. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas – SP: Editora Autores Associados, 2017.

SANTOS, Alexandre de Jesus. Memória e ontologia do ser social: contribuições a uma teoria marxista da memória. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

SIMÕES, Stéphanie Riccio; MELLO, Fábio Mansano de. Trabalho, memória e linguagem: (re)pensando a dialética do materialismo histórico à luz do conceito de memória coletiva. In: JESUS, Daniela Magalhães Costa de (et. al). *Ciências Sociais Aplicadas XI: educação, políticas públicas e gestão*. Salvador: Mente Aberta, 2024.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educ. Soc.* 21 (71) • Jul 2000. Pag. 166-193.

SPERANZA, C. MEMÓRIAS EM DISPUTA: uma reflexão acerca da construção das lembranças operárias. *Revista Historiar*, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 7-23, 2023.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: II, A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: III, A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

VIEIRA, Z. R. Capital, luta de classes e novas leituras de Marx frente à realidade pós-fordista. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 237-251, 2024.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. LEONTIEV, Aleksei Nikolaievitch. Prefácio para o livro de A. N. Leontiev o desenvolvimento da memória. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 40, n. 111, p.114-122, Maio-Ago., 2020.